



9407019



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**  
Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b>	09/08/2019	
<b>LOCAL:</b>	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>
1.	Flávia Cecília Maceno Blanco	GM
2.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
3.	Rogério Xavier Rocha	SAA
4.	Rodrigo Lange	DTIC
5.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
6.	Maria Hilda Marsiaj Pinto	SENAJUS
7.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
8.	Renato Ivo Fernandes de Castro	SENASP
9.	Rosalvo Ferreira Franco	SEOPI
10.	David de Lima Freitas	SPO
11.	Ivan Gomes Bonifácio	SENAJUS
12.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
13.	Robson Ferreira Polito	CGGE
14.	Juliana Coelho Antero	CGGE
15.	Ciro Ferreira	PRF

16.	Laura Rodrigues Rabelo	SENACON
17.	Vanessa Luz	DEPEN
18.	Maurício Leite Valeixo	PF
19.	Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
20.	Diogo Machado	ASINT
21.	Alcir Amaral Teixeira	FUNAI
22.	Denilson Santos Leitão	FUNAI
23.	Ronaldo Bento	OUV
24.	Elias José Pudeulko	GM
25.	Andrezza Klug	GM
26.	Diego Mantovanel do Monte	DEPEN
27.	Roberval Ré Vicalvi	PF
28.	Deborah R. Nogueira	SENASP
29.	Luis Laviano	SENASP
30.	Marcus Rodrigues	SENASP
31.	Samara Ferraz Shuenk	CGGE
32.	Aginaldo de Oliveira	SENASP
33.	Clenio Belluco	SENASP
34.	Raphael de Brito Aquino Soares	PRF
35.	Devair Balena Junior	CGGE
36.	Cássia Poliana A. Mendes	CGGE
<b>PAUTA:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Abertura;</li><li>2. Apresentação dos investimentos plurianuais PPA 2020-2023;</li><li>3. Apresentação dos critérios de priorização;</li><li>4. Apresentação da proposta para o MJSP;</li><li>5. Considerações das Unidades;</li><li>6. Debate e Resultado;</li><li>7. Deliberação e encerramento.</li></ol>	

**DELIBERAÇÕES:**

1. O Sr. Washington Bonini iniciou agradecendo a presença de todos e passou a palavra para a Sra. Flávia Blanco, que justificou a ausência do Ministro Sérgio Moro, o qual não pôde comparecer à reunião devido a um imprevisto, porém o Sr. Ministro Sérgio Moro pediu para que tratassem com prioridade os assuntos e que elessem os investimentos plurianuais prioritários.
2. O Sr. Washington Bonini deu seguimento com a pauta destacando a necessidade das propostas, que é atender uma determinação do comitê intergovernamental de governança da Presidência da República (CIG) que subordinou a inclusão e autorização de obras do Ministério à aprovação do Comitê de Governança Estratégica - CGE. Em sequência, apresentou a lista com os projetos, na qual constavam 22 projetos, onde apenas 4 atenderam plenamente a resolução. Também apresentou os outros documentos com as descrições e justificativas. Novamente destacou o objetivo da reunião, ou seja, aprovar uma lista em que as prioridades não sejam por unidade, mas que sejam prioridades gerais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
3. Segundo o Sr. Washington Bonini, na proposta, foram considerados critérios objetivos para a priorização. Propiciou oportunidade às unidades defenderem suas prioridades. Pautou uma colocação do Sr. Ministro Sérgio Moro: “Nós vamos lutar para que todos os projetos, independentemente de ordem de prioridade, sejam atendidos, da mesma forma que estamos lutando para que nosso orçamento seja cheio”. Também citou a respeito dos investimentos plurianuais 2020 - 2023, nos quais todas as obras devem ser contidas no plano plurianual (estabelecido pela resolução nº 1, de 24 de julho de 2019), com a conclusão prevista até 2023, e tendo como requisito a execução de até 20% da obra até junho do corrente ano. O TCU demandou que não se devem iniciar novas obras enquanto o rol de obras já iniciadas não estiver com os slots disponíveis para tanto, ou seja, não executar novas obras se houver obras pendentes de execução. As obras devem estar previstas no orçamento que terá um caráter impositivo.
4. Dando continuidade à pauta, foram apresentados 22 projetos de investimentos plurianuais das seguintes unidades: DEPEN; PRF; PF e SENASP. Com relação à Senasp, foram apresentados dois tipos de projetos, um contendo obra e outro reforma, sendo que os dois atendem a sede da Força Nacional que resultou em um só projeto de R\$ 16 milhões de reais. Na Secretaria-Executiva, existe o projeto de reforma do Ministério (como tem escopo de execução mais longo, não está contemplado na priorização). O Sr. Washington apresentou novamente a lista dos então 21 projetos consolidados (que foram distribuídos para cada representante das unidades) e colocou em pauta o objetivo da reunião que é: no campo de “priorização” ter uma hierarquia única para o Ministério como um todo. Os processos foram ordenados pelos critérios objetivos estabelecidos. São eles: 1- Percentual de execução; 2- Prioridade para unidade; 3- Custo total da obra.
5. O Primeiro projeto seria o da Polícia Federal (Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forense) - Sede Regional em Rondônia; Superintendência Regional do Estado do Pará- PF; Aprimoramento Institucional da PF (é uma ação mais geral) e a Sede Regional do Rio Grande do Norte. Todos esses tinham um percentual de execução maior que 0%, agora os outros critérios começam a ter mais peso. Como prioridade: DEPEN; A escola sede do Departamento Penitenciário Nacional; Construção das novas instalações da Força Nacional - Reforma do prédio da Força Nacional; Delegacia de Juazeiro do Norte (que já está em andamento- evacuada com risco de colapso); Polícia Rodoviária Federal, Sede Regional do Rio Grande do Sul; Delegacia de Juiz de Fora da PF; Sede Regional do Rio Grande do Sul, da Bahia; Sede Nacional da PRF. Segundo o Sr. Washington, o critério da unidade de priorização está sendo respeitado, pois há poucos projetos com prioridade alta pela própria unidade; Reforma e ampliação da regional do Mato Grosso do Sul; Delegacia da PRF do Foz do Iguaçu; Edifício sede da PF em oitavo; Sede Regional em Pernambuco da PRF e de São Paulo. O Sr. Washington apresentou essa ordem com aplicação de critérios gerais, e, segundo ele, a Dr. Flávia havia apresentado para o Sr. Ministro Sérgio Moro a proposta, pela manhã do dia 09/08/2019 (no mesmo dia da reunião), porém segundo o Sr. Washington Bonini, ele não teve disponibilidade para fazer uma análise mais detalhada. Os critérios foram estabelecidos em conjunto pelas equipes da secretaria executiva. Todas essas informações foram colocadas pelo Sr. Washington Bonini como uma proposta e abriu palavra para alteração das prioridades computadas por parte das unidades. Caso não houvesse discordância por parte das unidades, ele propôs a aprovação da proposta pela forma que se encontrava a priorização dos projetos.
6. A Sra. Flávia Blanco mencionou que é importante ficar claro a intenção e o objetivo de que todas as propostas sejam abarcadas, mas a priorização fica como um respaldo, ou seja, deve apresentar

realmente uma priorização baseada em critérios técnicos, caso ocorram imprevistos. O Diretor de Administração da PRF, **Ciro Vieira Ferreira**, abordou que a PRF tem um plano plurianual de obras e que todas elas já estão no limite do orçamento. Chamou atenção a respeito de algumas obras para serem tratadas como prioridades, que não foram iniciadas, como a superintendência do Mato Grosso do Sul e a da Bahia (PRF 4 e PRF 5). O Coronel Renato de Castro - Chefe de Gabinete da SENASP destacou que não há objeção e chamou atenção para a necessidade de ampliação das instalações da Força Nacional no Gama referentes à reforma e construção. A representante do Departamento Penitenciário Nacional (Vanessa Luz), fez uma observação sobre a Penitenciária Federal de Charqueadas e a escola que ficariam fora das 10 prioridades do MJSP. O Sr. Robson Polito, da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica também mencionou que, não necessariamente o que for indicado como de maior prioridade estará contemplado e que nem as obras que estiverem como menor prioridade ficarão fora. Segundo ele, o que precisa ter é apenas a certeza da priorização em nível de governança, e que haverá uma promoção da defesa de todos os itens pelo Ministério.

7. Logo em seguida o Sr. Washington Bonini mencionou que “dos 21 projetos, apenas 4 atendem plenamente as condições da resolução hoje”, segundo ele, todos os outros projetos vão ter que ser defendidos diante do CIG.
8. Dessa forma, em primeira verificação foi estabelecido, por meio da fala do Sr. Washington Bonini, que a PF 2, PRF 4 e PRF 5 iriam subir. PF 2, localizado em 7º lugar; PRF 4, localizado em 8º lugar; PRF 5, localizado em 9º lugar e DEPEN- Charqueadas, localizado em 10º lugar.
9. No entanto, em nova discussão, o Sr. Washington em conjunto com os integrantes do CGE, decidiram que a delegacia de Juazeiro do Norte que estava em 11º iria subir para 5º, ou seja, PF 2, antes localizada em 11º lugar iria para 5º posição; PRF 3 se torna 13º; PRF 4 se torna 11º; PF 5 vai para o 7º posição; DEPEN 1 iria para 8º posição; DEPEN 2 iria para 9º posição; PRF 5 iria para 12º posição.
10. Desta forma, a proposta de priorização dos projetos ficou da seguinte maneira: PF.7 1º; PRF.1 2º; PF.9 3º; PF.1 4º; PF.2 5º; PRF.2 6º; PF.5 7º; DEPEN.1 8º; DEPEN.2 9º; SENASP.1 10º; PRF.4 11º; PRF.5 12º; PRF.3 13º; PF.3 14º; PF.4 15º; PRF.6 16º; PF.6 17º; PRF.7 18º; PF.8 19º; PRF.8 20º; PRF.9 21º.
11. Posto em deliberação, os membros do CGE se manifestaram pela aprovação da proposta. O Sr. Washington concluiu então pela aprovação da priorização dos investimentos plurianuais do Ministério. Além disso ressaltou que todos os dados devem estar inseridos no SIOP até dia 15/08/2019.
12. Finalizando a reunião, o Sr. Washington agradeceu a presença de todos.
13. A Sra. Flávia Blanco também agradeceu a todos, desejou um bom trabalho e mãos à obra.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ferreira Polito, Coordenador(a) de Gestão Estratégica**, em 19/08/2019, às 14:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 19/08/2019, às 14:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEVAIR BALENA JUNIOR, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 19/08/2019, às 14:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Leite Valeixo, Usuário Externo**, em 19/08/2019, às 15:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GOES, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares**, em 19/08/2019, às 15:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 19/08/2019, às 15:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosalvo Ferreira Franco, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 19/08/2019, às 15:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 19/08/2019, às 16:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 19/08/2019, às 17:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 19/08/2019, às 17:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Renata Sanchez Diogo, Chefe da Assessoria Especial Internacional**, em 19/08/2019, às 18:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 19/08/2019, às 18:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CIRO VIEIRA FERREIRA, Usuário Externo**, em 20/08/2019, às 09:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 20/08/2019, às 10:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Ivo Fernandes de Castro, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 21/08/2019, às 11:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 21/08/2019, às 18:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 21/08/2019, às 19:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Hilda Marsiaj Pinto, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 26/08/2019, às 15:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 26/08/2019, às 16:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MANTOVANELI DO MONTE, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN**, em 28/08/2019, às 09:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA LUZ, Diretor(a)-Executivo(a) do Departamento Penitenciário Nacional**, em 28/08/2019, às 14:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 09/09/2019, às 10:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **disney rosseti, Usuário Externo**, em 01/10/2019, às 14:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Barreto de Souza, Usuário Externo**, em 12/10/2019, às 10:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Laura Rodrigues Rabelo, Diretor(a) do Departamento de Administração**, em 16/10/2019, às 15:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **9407019** e o código CRC **5ED67C52**  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.